



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PA Nº 5211/2013

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 12 de maio de 2017, às 10h00, o Excelentíssimo Desembargador-Presidente, Breno Medeiros, o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Presidência, Kleber de Souza Waki, o Excelentíssimo Juiz Presidente da AMATRA, Cléber Martins Sales, a Excelentíssima Juíza Wanda Lúcia Ramos da Silva, representando o diretor da Escola Judicial e os servidores Ricardo Webster P. de Lucena - Diretor-Geral, Pedro Horácio Borges de Assis - Secretário-Geral da Presidência, Cléber Pires Ferreira - Secretário-Geral Judiciário, Maria José de Lourdes - Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Flávia Valeska de Oliveira Costa - Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Marcelo Marques de Matos - Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Suzana Lage Ferreira - Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Cássia Maria Sebba Kafuri - Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Maísa Bueno Machado - Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos, Hugo da Silva da Silva - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Cleide Dias Ferreira - Diretora da Secretaria de Recursos de Revista, Marcos Balduino de Oliveira - Diretor da Secretaria de Controle Interno, Letície Passos Borges - Assessora de Apoio Institucional, Wilane Carlos da Silva - Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Márcia Divina Bueno Rosa - Coordenadora da Coordenadoria de Comunicação Social, Katya Vassilievna Chuc, Assessora do Gabinete do Desembargador-Presidente, Fabiano de Almeida e Oliveira - servidor da Secretaria de Gerenciamento do Pje, Augusto Claudino Dias - servidor do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, Robnaldo José Santos Alves - Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, Flávia Ramos Queiroz Oliveira - Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Eliana Borba Rodrigues - servidora do Escritório de Projetos da Secretaria de Gestão Estratégica e Wanice Cabral Quixabeira - servidora da Secretaria de Gestão Estratégica, reuniram-se na Presidência do Tribunal para realizar a 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2017.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Breno Medeiros, abriu a reunião dando boas vindas a todos, tendo, logo em seguida, discorrido acerca do Relatório de 100 dias de Gestão do biênio 2017/2019, bem como do vídeo que será veiculado na internet no próximo dia 16.

Após, a Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Maria José de Lourdes, explicou que houve a delimitação de tempo para cada gestor discorrer acerca do indicador de sua responsabilidade, a fim de otimizar a reunião e, logo em seguida, solicitou que se iniciasse as discussões sobre os itens constantes da pauta, com a fixação das metas para os anos seguintes (2018 a 2020).

1) Apresentação e análise dos resultados dos indicadores do plano estratégico do TRT 18

1.1- Indicadores relacionados à área meio

- **Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados**

O diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Mato, relatou que implementou-se melhorias visando a redução do prazo para a concessão de benefícios a magistrados. Destacou que o resultado do ano de 2016 foi de 98 dias e que no primeiro trimestre deste ano o tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados foi de 22 dias. Ressaltou que a meta de 2017 é de 30 dias, esclarecendo que esse prazo é até a concessão do benefício e não até o arquivamento do processo. Logo em seguida, o Dr. Breno, sugeriu reduzir a meta fixada para 2017, mas, após discussões, decidiu-se por aguardar mais um trimestre, para depois reavaliar a redução da meta.

- **Índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços**

A diretora da Secretaria de Licitações e Contratos, Maísa Bueno Machado, apresentou um comparativo dos resultados obtidos no primeiro trimestre dos anos de 2015, 2016 e 2017, relativamente ao índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços por licitação. A apresentação demonstrou uma melhora nos resultados: primeiro trimestre de 2015 – 19,51%; primeiro trimestre de 2016 – 42,22%; primeiro trimestre de 2017 – 58,62%. Dando continuidade, a servidora Maísa Bueno Machado relatou que o índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços por dispensa e inexigibilidade é o maior gargalo, sendo que até 2016 ele era de responsabilidade da Secretaria de Orçamento e Finanças. Expôs o resultado do primeiro trimestre, qual seja: 19,05%. E que o índice geral do indicador “Índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços”, no primeiro trimestre foi de 35%. Que está fazendo o mapeamento de todos os processos de trabalho relativos a dispensa e inexigibilidade, para melhorar os resultados. Ao ser indagada pelo Dr. Breno Medeiros se a Secretaria de Licitações e Contratos é responsável pelos processos administrativos de aquisição de serviços da Escola Judicial, a servidora respondeu negativamente. Ato contínuo, o Dr. Breno Medeiros

solicitou à servidora que fosse realizado um trabalho junto a Escola Judicial, visando melhorar o índice, oportunidade que a servidora explicou que já fez reunião com a Escola Judicial. Dr. Breno Medeiros solicitou a Dra. Wanda Lúcia Ramos da Silva um maior contato com a Secretaria de Licitações e Contratos, visando a redução do tempo dos processos de inexigibilidade e que a Escola Judicial faça uma análise mais apurada e com uma maior antecedência, pois o Tribunal de Contas da União fiscaliza o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em si. Enfim, solicitou o cumprimento do índice da melhor forma possível.

- **Índice de execução do orçamento disponibilizado**

A diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Suzana Lage Ferreira, disse que, até abril, foi executado 12,51% e que deveria estar em 18,41%. Evidenciou que o orçamento do complexo corresponde a 35% do valor total do orçamento disponibilizado, mas ainda não houve execução. Que a obra é o gargalo e que há um saldo alto na conta restos a pagar, porque a execução foi baixa devido ao incêndio de grandes proporções ocorrido em outubro de 2015. Que sem o projeto da construção do Complexo Trabalhista, o índice estaria em 21,78%. Esclareceu que as metas para os anos seguintes (2018 a 2020) já foram previamente fixadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

- **Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a servidores**

A diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Flávia Valeska de Oliveira Costa, apresentou sugestão de substituição do indicador atual “Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a servidores” pelos indicadores “Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores finalizados no prazo” e “Taxa de pleitos solucionados”. Esclareceu que o prazo mencionado no indicador proposto “Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores finalizados no prazo”, refere-se a partir de janeiro de 2017 e que esse indicador mede o percentual de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo, com a seguinte fórmula: $\text{número de processos solucionados no prazo} / \text{número de processos autuados no período} \times 100$. Ainda, sugeriu que seja excluído o desvio padrão para o cálculo desse indicador. Quanto ao indicador proposto “Taxa de pleitos solucionados”, relatou que ele mede o percentual de pleitos solucionados no período, cuja fórmula é: $\text{número de processos solucionados no período} / (\text{número de processos autuados em período anterior} + \text{total de processos autuados no período}) \times 100$. Apresentou as metas para 2017 dos indicadores “Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores finalizados no prazo” e “Taxa de pleitos solucionados”, quais sejam: 62,5% e 58%, respectivamente. Ressaltou que se compromete a reavaliar as metas no decorrer do ano. Expôs acerca da necessidade de se realizar algumas alterações no SISDOC, visando melhorias para haver uma precisa apuração dos resultados

dos indicadores propostos. Por fim, registrou que a alimentação do SIGEST (Sistema de Gestão Estratégica) somente será possível após a disponibilização dos relatórios do SISDOC pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações. Após discussões, aprovou-se as sugestões, da forma exposta.

- **Quantidade de novas edificações concluídas / Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas / Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência**

A diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Cássia Maria Sebba Kafuri, mostrou os dados dos indicadores “Quantidade de novas edificações concluídas” e “Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas”. Em seguida, fixou as metas dos mesmos, iniciando pelo indicador “Quantidade de novas edificações concluídas”: 2017 = 2 (Goianésia e Goiatuba); 2018 = 1 (Pires do Rio); 2019 = 2 (Formosa e Rio Verde); 2020 = 2 (Complexo Trabalhista e Goiás). Quanto às metas do indicador “Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas”, assim ficaram fixadas: 2017 = 5 (Mineiros, Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Palmeiras e São Luís de Montes Belos); 2018 = 1 (Catalão); 2019 = 1 (Anápolis); 2020 = 5 (Iporá e Anexo). Em seguida, destacou relativamente à Vara do Trabalho de Palmeiras, que está sendo desenvolvido um estudo para analisar a viabilidade de se locar um imóvel. Ao final, disse que todo ano tem que se rever as metas, em razão do orçamento. Quanto ao indicador “Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência”, asseverou que é composto por vários itens e que cada um tem o seu respectivo peso. E que este índice depende muito do cumprimento das metas dos indicadores “Quantidade de novas edificações concluídas” e “Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas”. Logo em seguida, o Dr. Breno Medeiros sugeriu incluir o item “elevador em braile”, para maior conforto das pessoas com deficiência visual. A servidora Cássia Maria Sebba Kafuri explicou que as medidas de acessibilidade têm um grande impacto no orçamento para a construção das Varas do Trabalho, razão pela qual muitas ainda não foram implementadas. O diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Mato, sugeriu que os atendentes do balcão de atendimento, localizado no térreo do prédio do Tribunal, orientem os deficientes visuais, até que se aprovelem e implementem as melhorias. Após, fixou-se as metas para os anos de 2017 a 2020: 2017 = 86,83%; 2018 = 87,09%; 2019 = 89,09%; 2020 = 93,87%.

- **Coeficiente de acessibilidade à jurisdição**

O servidor Cleber Pires, Diretor da Secretaria-Geral Judiciária, asseverou que somente após a conclusão de alguns estudos poderá fixar as metas dos anos seguintes (2018 a 2020). Assim, deliberou-se que as mesmas serão fixadas na próxima reunião.

1.2- Indicadores relacionados à área fim

O servidor Wilane Carlos da Silva, Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, apresentou os resultados dos indicadores da área-fim até abril do corrente ano, utilizando, para tanto, gráficos elaborados a partir de dados produzidos pela Divisão de Estatística e Pesquisa.

- - **Índice de processos julgados**

Noticiou que, até o mês de abril, o índice foi de 98,05%, sendo que no 1º grau foi de 100,75% e no 2º grau foi de 87,69%, **conforme figuras '1', '2', '3', '4' e '5'**. Que, em comparação com o mesmo período de 2016, a produtividade de 2017 apresentou um acréscimo de 10,16%, revelando boa expectativa de cumprimento da meta.

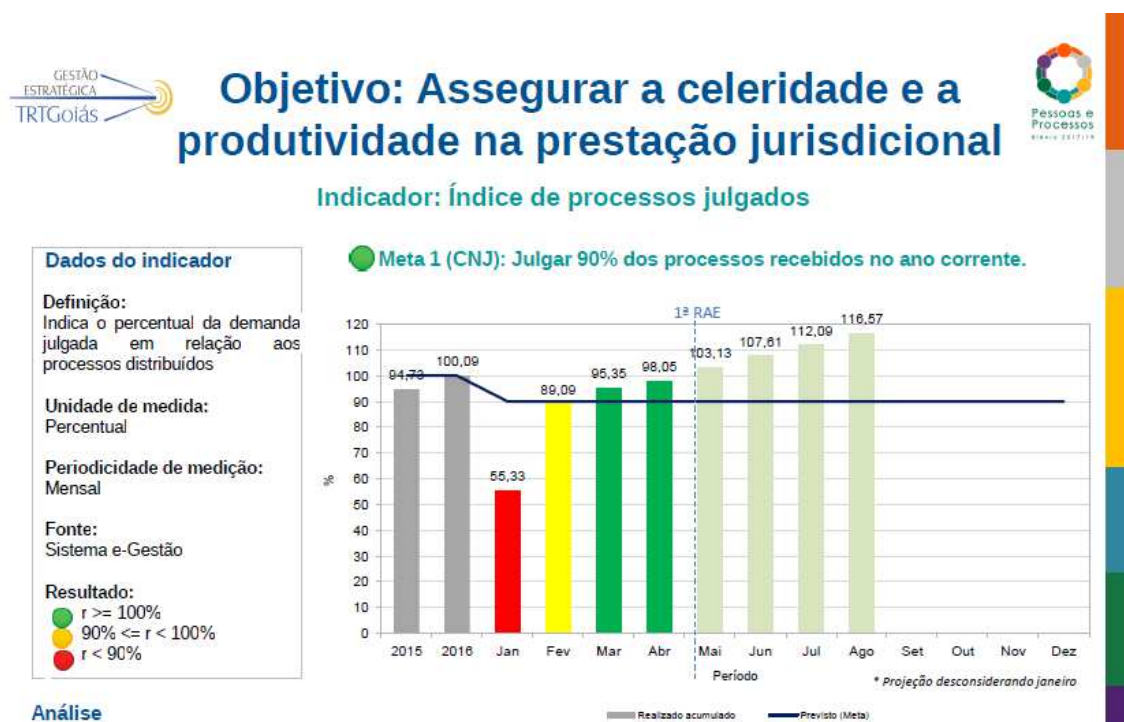


Figura '1' – Gráfico do Índice de processos julgados

Objetivo: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Indicador: Índice de processos julgados no 1º grau

Dados do indicador

Definição:

Indica o percentual da demanda julgada em relação aos processos distribuídos

Unidade de medida:

Percentual

Periodicidade de medição:

Mensal

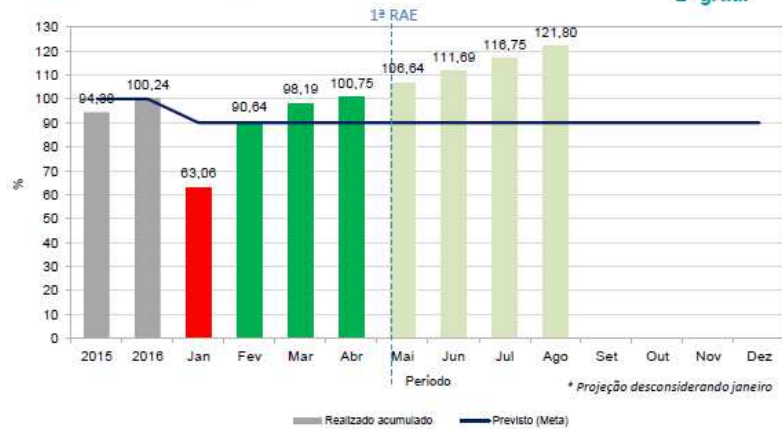
Fonte:

Sistema e-Gestão

Resultado:

- $r \geq 100\%$
- $90\% \leq r < 100\%$
- $r < 90\%$

● Meta 1 (CNJ): Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente no 1º grau.



Análise

Observa-se, em comparação com o mesmo período de 2016, que a produtividade de 2017 apresenta acréscimo de 12,13%, revelando boa expectativa de cumprimento da meta.

Figura '2' – Gráfico do Índice de processos julgados no 1º grau.

Grupo	Meta 1/2017 - Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar o equivalente a 90% dos processos de conhecimento distribuídos no ano corrente.	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Índice de Processos Julgados (IPJ)	Grau de Cumprimento	Faróis
1	Posse - 01a Vara	189	202	106,88	118,75	●
2	Pires do Rio - 01a Vara	201	180	89,55	99,50	●
	Formosa - 01a Vara	449	551	122,72	136,35	●
3	Ceres - 01a Vara	784	1.051	134,06	148,95	●
4	Caldas Novas - 01a Vara	582	447	76,80	85,34	●
	Mineiros - 01a Vara	588	498	84,69	94,10	●
	Itumbiara - 02a Vara	450	432	96,00	106,67	●
	Anápolis - 02a Vara	468	475	101,50	112,77	●
	Rio Verde - 04a Vara	551	579	105,08	116,76	●
	São Luís de Montes Belos - 01a Vara	700	750	107,14	119,05	●
	Anápolis - 04a Vara	477	517	108,39	120,43	●
	Rio Verde - 01a Vara	528	573	108,52	120,58	●
	Anápolis - 01a Vara	464	504	108,62	120,69	●
	Rio Verde - 03a Vara	543	601	110,68	122,98	●
	Anápolis - 03a Vara	499	560	112,22	124,69	●
	Goiás - 01a Vara	466	542	116,31	129,23	●
	Itumbiara - 01a Vara	446	555	124,44	138,27	●
	Quirinópolis - 01a Vara	428	564	131,78	146,42	●
	Rio Verde - 02a Vara	531	702	132,20	146,89	●
	Jataí - 01a Vara	434	812	187,10	207,89	●
5	Goiânia - 03a Vara	709	550	77,57	86,19	●
	Aparecida de Goiânia - 02a Vara	671	551	82,12	91,24	●
	Goiânia - 17a Vara	735	606	82,45	91,61	●
	Goiânia - 05a Vara	717	597	83,26	92,52	●
	Goiânia - 16a Vara	731	634	86,73	96,37	●
	Goiânia - 15a Vara	709	626	88,29	98,10	●
	Goiânia - 18a Vara	715	641	89,65	99,61	●
	Goiânia - 01a Vara	705	641	90,92	101,02	●
	Goiânia - 06a Vara	718	654	91,09	101,21	●
	Aparecida de Goiânia - 03a Vara	650	595	91,54	101,71	●
	Goiânia - 13a Vara	732	673	91,94	102,16	●
	Goiânia - 02a Vara	723	665	91,98	102,20	●
	Goiânia - 14a Vara	720	669	92,92	103,24	●
	Goiânia - 08a Vara	702	655	93,30	103,67	●
	Goiânia - 11a Vara	712	667	93,68	104,09	●
	Goiânia - 07a Vara	715	670	93,71	104,12	●
	Goiânia - 04a Vara	714	672	94,12	104,58	●
	Goiânia - 09a Vara	727	699	96,15	106,83	●
	Aparecida de Goiânia - 01a Vara	649	643	99,08	110,08	●
	Goiânia - 01a Vara	873	869	99,54	110,60	●
	Goiânia - 12a Vara	731	744	101,78	113,09	●
	Goiânia - 10a Vara	735	752	102,31	113,68	●
	Inhumas - 01a Vara	605	688	113,72	126,35	●
	Goiatuba - 01a Vara	729	863	118,38	131,53	●
	Luziânia - 01a Vara	679	865	127,39	141,55	●
6	Catalão - 01a Vara	972	811	83,44	92,71	●
	Valparaíso de Goiás - 01a Vara	829	801	96,62	107,36	●
	Uruaçu - 01a Vara	905	922	101,88	113,20	●
TOTAL		30.290	30.518	100,75	111,95	●
OBS.: A Meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou superior a 100%						
Período de Referência: 01/01/2017 a 30/04/2017						
● Grau de cumprimento da meta abaixo de 90%.						
● Grau de cumprimento da meta entre 90% e 99,99%.						
● Grau de cumprimento da meta entre 100% e 109,99%.						
● Grau de cumprimento da meta acima de 110%.						

Figura '3' – Índice de processos julgados no 1º grau.
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

Objetivo: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Indicador: Índice de processos julgados no 2º grau

Dados do indicador

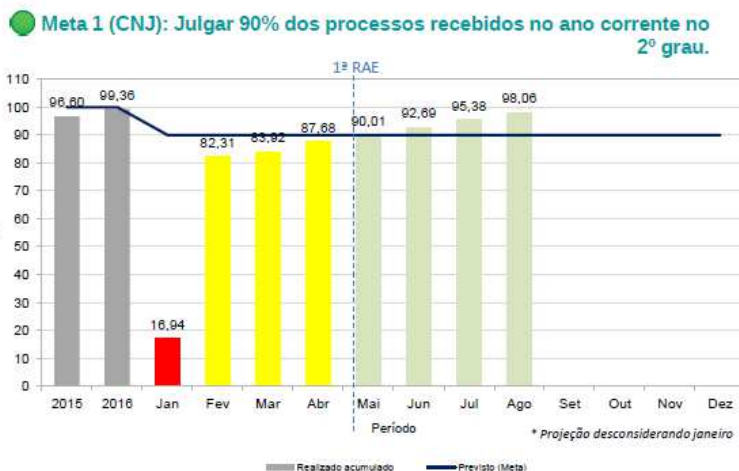
Definição:
Indica o percentual da demanda julgada em relação aos processos distribuídos

Unidade de medida:
Percentual

Periodicidade de medição:
Mensal

Fonte:
Sistema e-Gestão

Resultado:
● $r \geq 100\%$
● $90\% \leq r < 100\%$
● $r < 90\%$



Análise

Não obstante a meta não está sendo cumprida até o momento, observa-se, em comparação com o mesmo período de 2016, que a produtividade de 2017 apresenta acréscimo de 3,01%, revelando expectativa de cumprimento da meta.

Figura '4' – Gráfico do Índice de processos julgados no 2º grau.

Meta 1/2017 - Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar o equivalente a 90% dos processos de conhecimento distribuídos no ano corrente.	Periodicidade	2º Grau
P1.1 Número total de processos de conhecimento novos distribuídos no mês de referência.	Mensal	7.507
P1.3 Número total de processos de conhecimento até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento.	Mensal	6.583
P1.5 Número total de processos de conhecimento distribuídos no exercício de 2017 e que no mês de referência saíram da meta por cancelamento da distribuição ou remessa para outro tribunal ou jurisdição ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta.	Mensal	0
Índice de Processos Julgados (IPJ)	-	87,69

Figura '5' - Índice de processos julgados no 2º grau.
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

- Índice de processos antigos julgados

Após, o Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa tratou da meta nacional 2, relativa aos processos antigos julgados, mostrando que essa meta já foi alcançada, sendo que o índice, até abril, foi de 90,98%, sendo que no 1º grau foi de 90,95% e no 2º grau foi de 91,41%, **como mostram as figuras '6', '7', '8', '9' e '10'**. Foi observado que, em comparação com o mesmo período de 2016, a produtividade de 2017 apresenta acréscimo de 0,64%.

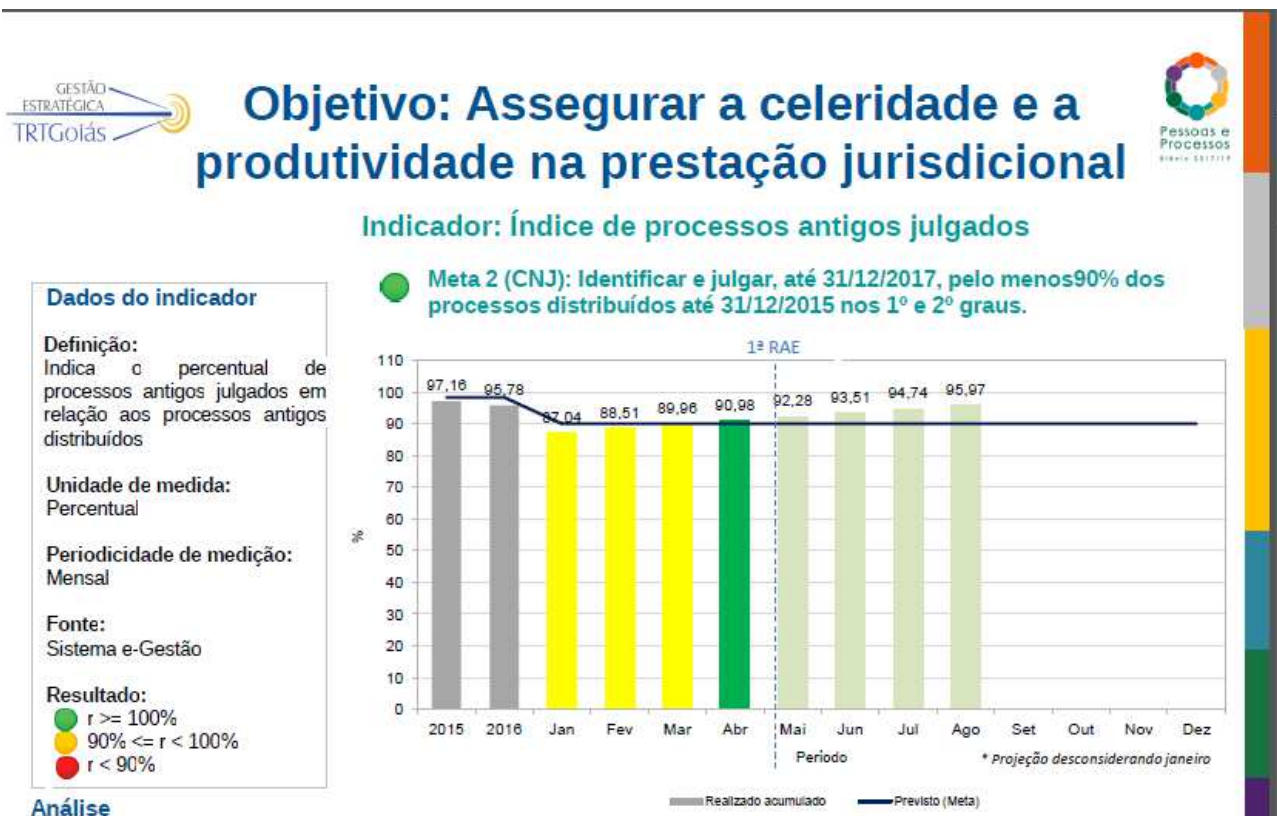


Figura '6' – Gráfico do Índice de processos antigos julgados

Objetivo: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Indicador: Índice de processos antigos julgados no 1º grau

Dados do indicador

Definição:
Indica o percentual de processos antigos julgados em relação aos processos antigos distribuídos

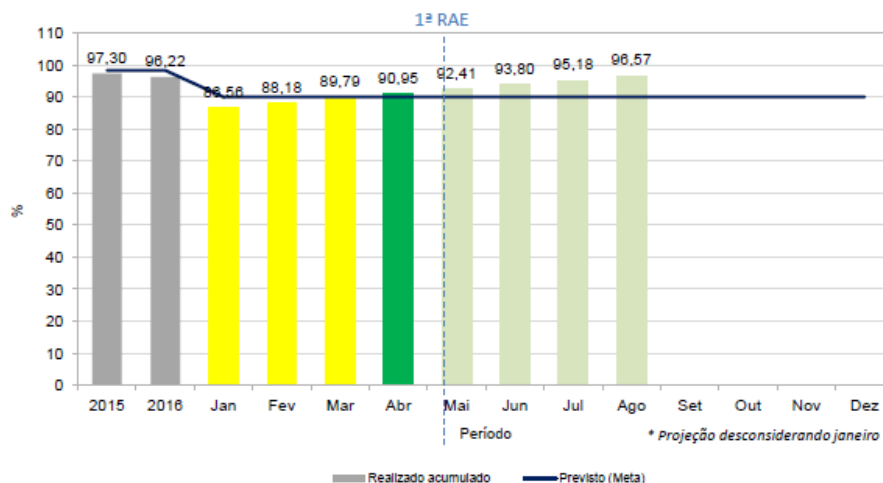
Unidade de medida:
Percentual

Periodicidade de medição:
Mensal

Fonte:
Sistema e-Gestão

Resultado:
● $r \geq 100\%$
● $90\% \leq r < 100\%$
● $r < 90\%$

● **Meta 2 (CNJ):** Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau.



Análise

Observa-se que o Tribunal conseguiu alcançar a meta em abril.

Figura 7' – Gráfico do Índice de processos antigos julgados, no 1º grau

Grupo	Meta 2/2017 - Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, nos 1º e 2º graus.	Número total de processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2015 e não julgados até 31/12/2015.	Número total de processos distribuídos até 31/12/2015 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2016.	Número total de processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2014 e não julgados até 31/12/2016 que, no mês de referência, foram	Índice de Processos Antigos (IPA)	Grau de Cumprimento	Farois
1	Posse - 01a Vara	128	124	1	97,66	108,51	●
2	Formosa - 01a Vara	349	295	26	91,98	102,20	●
	Pires do Rio - 01a Vara	108	103	2	97,22	108,02	●
3	Ceres - 01a Vara	996	923	68	99,50	110,55	●
4	Mineiros - 01a Vara	1.176	940	90	87,59	97,32	●
	Rio Verde - 02a Vara	1.655	1.355	154	91,18	101,31	●
	Anápolis - 04a Vara	745	656	32	92,35	102,61	●
	Itumbiara - 02a Vara	511	462	16	93,54	103,94	●
	Anápolis - 01a Vara	642	561	40	93,61	104,02	●
	São Luís de Montes Belos - 01a Vara	563	518	13	94,32	104,80	●
	Quirinópolis - 01a Vara	900	840	15	95,00	105,56	●
	Rio Verde - 01a Vara	1.311	1.165	84	95,27	105,86	●
	Jataí - 01a Vara	567	523	19	95,59	106,21	●
	Caldas Novas - 01a Vara	457	421	17	95,84	106,49	●
	Itumbiara - 01a Vara	530	492	16	95,85	106,50	●
	Rio Verde - 03a Vara	1.213	1.129	47	96,95	107,72	●
	Goiás - 01a Vara	410	388	11	97,32	108,13	●
	Anápolis - 02a Vara	577	552	10	97,40	108,22	●
	Anápolis - 03a Vara	440	413	19	98,18	109,09	●
	Rio Verde - 04a Vara	251	247	0	98,41	109,34	●
5	Goiânia - 07a Vara	1.300	803	116	70,69	78,55	●
	Goiânia - 02a Vara	1.178	837	86	78,35	87,06	●
	Goiânia - 03a Vara	1.358	956	137	80,49	89,43	●
	Aparecida de Goiânia - 02a Vara	1.120	853	74	82,77	91,96	●
	Goiânia - 04a Vara	996	772	65	84,04	93,37	●
	Goiânia - 12a Vara	1.123	825	139	85,84	95,38	●
	Goiânia - 09a Vara	1.069	841	83	86,44	96,04	●
	Goiânia - 01a Vara	870	690	63	86,55	96,17	●
	Goiânia - 06a Vara	716	591	43	88,55	98,39	●
	Aparecida de Goiânia - 03a Vara	555	440	54	89,01	98,90	●
	Goiânia - 10a Vara	904	745	66	89,71	99,68	●
	Goiânia - 17a Vara	880	728	63	89,89	99,87	●
	Goiânia - 08a Vara	724	630	31	91,30	101,44	●
	Goiânia - 05a Vara	691	624	22	93,49	103,88	●
	Goiânia - 11a Vara	802	721	34	94,14	104,60	●
	Aparecida de Goiânia - 01a Vara	938	837	51	94,67	105,19	●
	Goiânia - 16a Vara	665	613	17	94,74	105,26	●
	Goiânia - 18a Vara	705	636	37	95,46	106,07	●
	Goiânia - 15a Vara	656	613	14	95,58	106,20	●
	Luziânia - 01a Vara	531	371	138	95,86	106,51	●
	Inhumas - 01a Vara	589	552	18	96,77	107,53	●
	Goiânia - 14a Vara	688	628	43	97,53	108,37	●
	Goiânia - 13a Vara	373	358	6	97,59	108,43	●
	Goiânia - 01a Vara	560	544	4	97,86	108,73	●
	Goiatuba - 01a Vara	806	789	8	98,88	109,87	●
6	Uruaçu - 01a Vara	747	641	27	89,42	99,36	●
	Catalão - 01a Vara	491	448	15	94,30	104,77	●
	Valparaíso de Goiás - 01a Vara	455	424	7	94,73	105,25	●
TOTAL		36.019	30.617	2.141	90,95	101,05	●

OBS.: A Meta é considerada cumprida quando o Grau de Cumprimento for igual ou superior a 100%

Período de Referência: 01/01/2017 a 30/04/2017

- Grau de cumprimento da meta abaixo de 90%.
- Grau de cumprimento da meta entre 90% e 99,99%.
- Grau de cumprimento da meta entre 100% e 109,99%.
- Grau de cumprimento da meta acima de 110%.

Figura '8' – Índice de processos antigos julgados no 1º grau
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

Objetivo: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Indicador: Índice de processos antigos julgados no 2º grau

Dados do indicador

Definição:
Indica o percentual de processos antigos julgados em relação aos processos antigos distribuídos

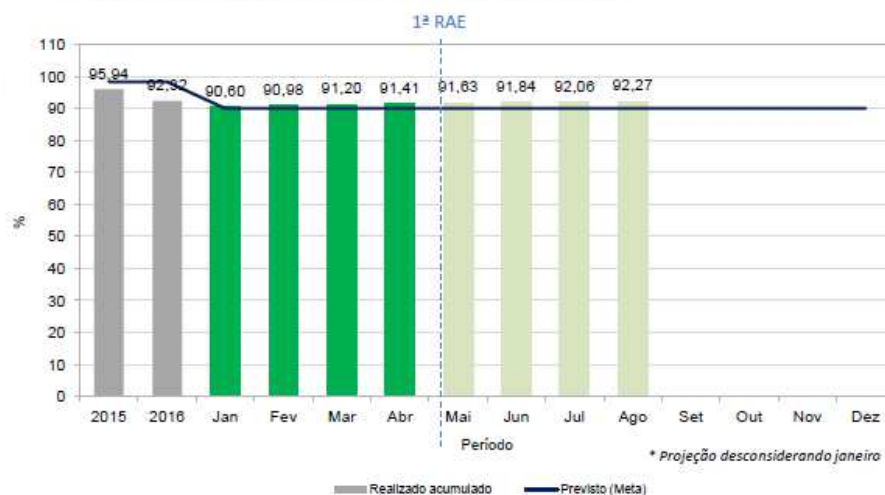
Unidade de medida:
Percentual

Periodicidade de medição:
Mensal

Fonte:
Sistema e-Gestão

Resultado:
● $r \geq 100\%$
● $90\% \leq r < 100\%$
● $r < 90\%$

● **Meta 2 (CNJ):** Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau.



Análise

No tocante ao 2º grau, o Tribunal conseguiu alcançar a meta já no início do ano, uma vez que, em janeiro, 90,60% dos processos distribuídos até 2015, no 2º grau, já haviam sido julgados.

Figura '9' – Gráfico do Índice de processos antigos julgados, no 2º grau

Meta 2/2017 - Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, nos 1º e 2º graus.	Periodicidade	2º Grau
P2.1 Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância até 31.12.2015 e não julgados até 31.12.2015, excluídos os que se encontravam suspensos até 31/12/2016.	Única	4.820
P2.4 Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância até 31/12/2015 e não julgados até 31/12/2016 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0
P2.7 Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância até 31/12/2015 e não julgados até 31/12/2016 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10 Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância até 31/12/2015 e não julgados até 31/12/2016 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2017.	Mensal	43
P2.13 Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2016.	Única	4.363
Índice de Processos Antigos (IPA)	-	91,41

Figura '10' – Índice de processos antigos julgados no 2º grau
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

- **- Índice de conciliação**

Quanto ao “Índice de conciliação – fase de conhecimento”, disse que foi de 48,73% até abril, conforme **figuras '11' e '12'**. Ressaltou que a meta apresenta tendência de cumprimento, principalmente em razão da exclusão da base de cálculo dos processos com desistências e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%.

Objetivo: Estimular a conciliação

Indicador: Índice de conciliação - 1ª instância - fase de conhecimento

Dados do indicador

Definição:

Mede o número de sentenças homologatórias de acordo, na 1ª Instância, na Fase de Conhecimento

Unidade de medida:
Percentual

Periodicidade de medição:
Mensal

Fonte:

Sistema e-Gestão

Resultado:

- $r \geq 100\%$
- $90\% \leq r < 100\%$
- $r < 90\%$

● Meta 3 (CNJ): Aumentar o índice de conciliação na fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2%. A meta é de 43,94%.

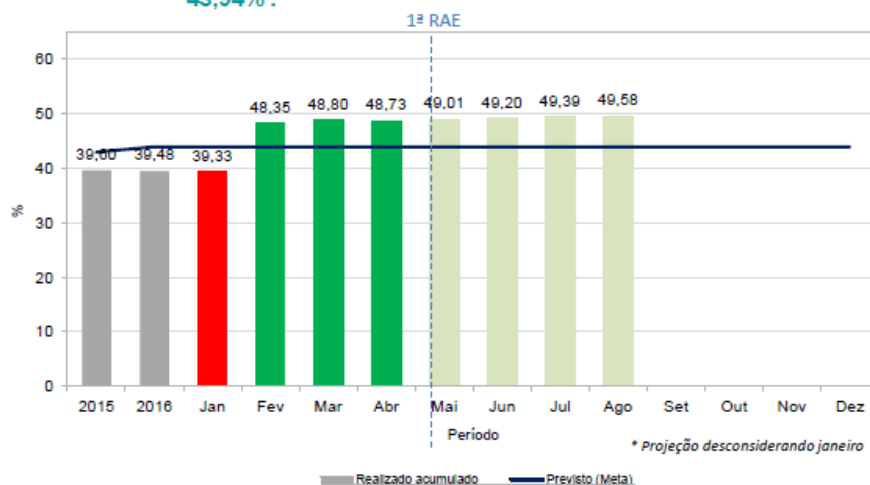


Figura '11' – Gráfico do Índice de conciliação

Grupo	Meta 3/2017 - Aumentar o índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais.	Média 2013/2014	Solucionados	Conciliados	Índice de Conciliação (ICONc)	Grau de Cumprimento	Faróis
1	Posse - 01a Vara	39,67	124	49	39,52	94,82	●
2	Formosa - 01a Vara	47,05	469	248	52,88	107,81	●
	Pires do Rio - 01a Vara	51,82	156	92	58,97	109,57	●
3	Ceres - 01a Vara	36,03	726	237	32,64	85,83	●
4	Anápolis - 01a Vara	49,75	398	181	45,48	87,89	●
	Rio Verde - 04a Vara	41,02	496	189	38,10	88,58	●
	Itumbiara - 01a Vara	45,09	451	200	44,35	94,17	●
	Anápolis - 02a Vara	39,69	416	176	42,31	101,48	●
	Anápolis - 03a Vara	55,69	488	270	55,33	102,46	●
	Itumbiara - 02a Vara	46,02	367	189	51,50	107,24	●
	Anápolis - 04a Vara	50,00	414	231	55,80	107,30	●
	Rio Verde - 02a Vara	38,74	628	309	49,20	120,76	●
	Caldas Novas - 01a Vara	48,71	386	239	61,92	122,10	●
	Goiás - 01a Vara	64,62	471	329	69,85	129,35	●
	Rio Verde - 03a Vara	34,16	451	214	47,45	131,24	●
	Jataí - 01a Vara	39,95	524	292	55,73	132,83	●
	Mineiros - 01a Vara	45,25	395	260	65,82	139,30	●
	São Luís de Montes Belos - 01a Vara	35,83	651	379	58,22	153,91	●
	Quirinópolis - 01a Vara	36,72	481	301	62,58	161,63	●
5	Rio Verde - 01a Vara	28,68	483	240	49,69	161,98	●
	Goiânia - 03a Vara	45,13	510	205	40,20	85,29	●
	Goiânia - 16a Vara	36,19	562	199	35,41	92,73	●
	Aparecida de Goiânia - 01a Vara	57,38	520	265	50,96	94,37	●
	Goiânia - 14a Vara	40,97	537	219	40,78	94,91	●
	Aparecida de Goiânia - 03a Vara	58,33	478	246	51,46	95,30	●
	Goiânia - 12a Vara	42,42	587	251	42,76	96,26	●
	Luziânia - 01a Vara	41,87	741	318	42,91	97,82	●
	Aparecida de Goiânia - 02a Vara	51,01	448	236	52,68	99,38	●
	Goiânia - 09a Vara	41,68	572	259	45,28	103,66	●
	Goiânia - 11a Vara	38,35	533	236	44,28	109,73	●
	Goiânia - 18a Vara	43,86	526	265	50,38	109,86	●
	Goiânia - 01a Vara	42,45	518	259	50,00	112,50	●
	Goiânia - 04a Vara	41,08	535	262	48,97	113,67	●
	Goiânia - 13a Vara	36,19	552	240	43,48	113,84	●
	Goiânia - 17a Vara	43,08	497	256	51,51	114,26	●
	Goiatuba - 01a Vara	36,43	670	300	44,78	116,52	●
	Goiânia - 07a Vara	39,68	546	267	48,90	117,33	●
	Goiânia - 15a Vara	41,58	516	268	51,94	119,18	●
	Goiânia - 05a Vara	40,77	498	259	52,01	121,59	●
	Goiânia - 08a Vara	37,30	563	271	48,13	122,48	●
	Inhumas - 01a Vara	40,08	569	295	51,85	123,22	●
	Goiânia - 02a Vara	39,42	514	264	51,36	124,01	●
	Goiânia - 10a Vara	37,53	635	316	49,76	125,88	●
	Goiânia - 06a Vara	39,87	521	279	53,55	127,91	●
	Goianésia - 01a Vara	30,29	794	406	51,13	158,38	●
6	Uruaçu - 01a Vara	34,44	809	261	32,26	88,54	●
	Catalão - 01a Vara	41,04	642	291	45,33	105,32	●
	Valparaíso de Goiás - 01a Vara	42,55	633	365	57,66	129,44	●
TOTAL		41,94	25.001	12.183	48,73	110,90	●

OBS: A Meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou superior a 100%

Período de Referência: 01/01/2017 a 30/04/2017

● Grau de cumprimento da meta abaixo de 90%.

● Grau de cumprimento da meta entre 90% e 99,99%.

● Grau de cumprimento da meta entre 100% e 109,99%.

● Grau de cumprimento da meta acima de 110%.

- Índice de execução

Na sequência, comunicou que o “Índice de Execução”, até abril, foi de 79,22%, como mostram as **figuras '13' e '14'**. Destacou que houve um aumento de 13,65% de execuções baixadas em relação ao mesmo período de 2016. E que além disso o projeto 'TRT para todos', que iniciará no presente mês, deverá contribuir para melhoria deste índice, haja vista a divulgação do mapeamento do processo de execução de uma Vara do Trabalho que apresenta um bom índice de execução. Após discussões, sugeriram que para as próximas reuniões a Divisão de Estatística e Pesquisa identifique as execuções contra a Fazenda Pública, pois as mesmas impactam no resultado da meta.

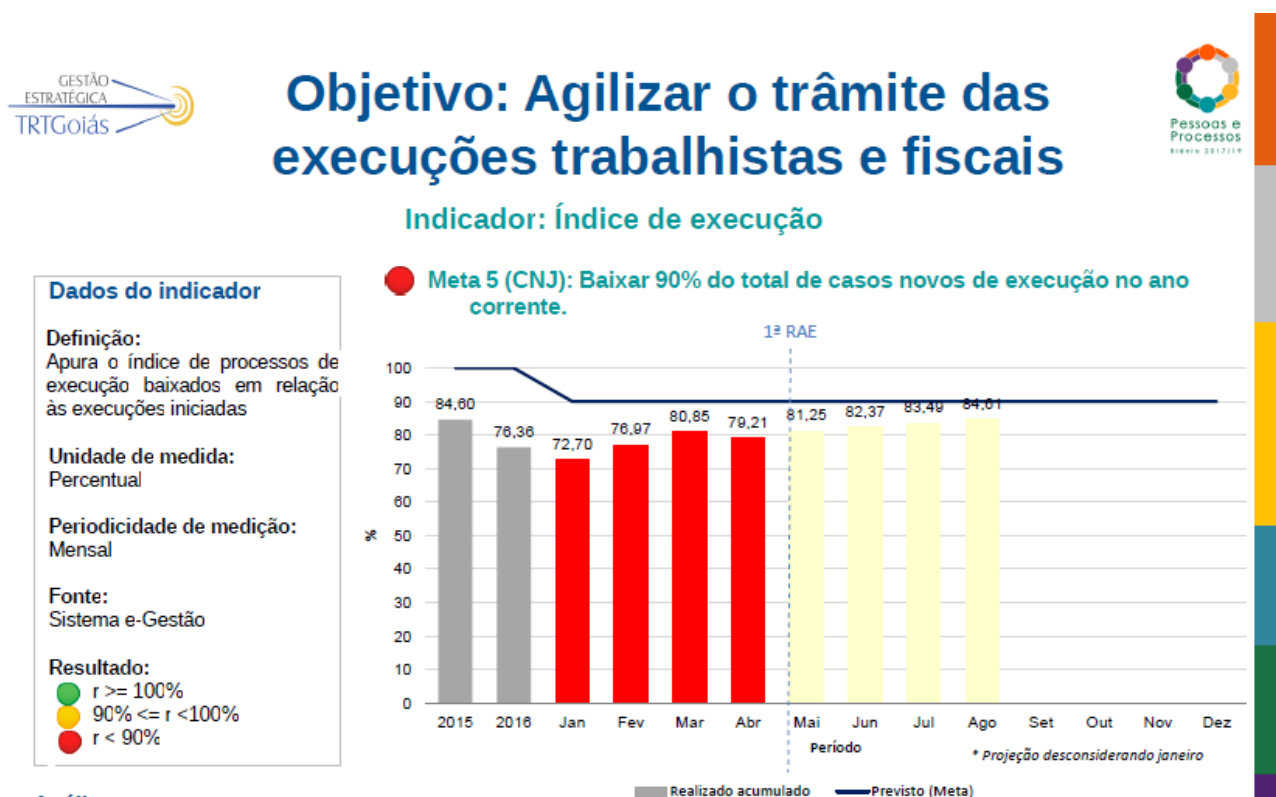


Figura '13' – Gráfico do Índice de execução

Grupo	Meta 5/2017 - Impulsionar processos à execução - Baixar quantidade equivalente a 90% do total de casos novos de execução no ano corrente.	EXECUÇÃO FISCAL		EXECUÇÃO NÃO FISCAL		Índice de Execução (IE)	Grau de Cumprimento	Faróis
		Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas			
1	Posse - 01a Vara	1	0	54	67	121,82	135,35	●
2	Formosa - 01a Vara	3	3	97	43	46,00	51,11	●
	Pires do Rio - 01a Vara	0	1	50	41	84,00	93,33	●
3	Ceres - 01a Vara	2	4	105	72	71,03	78,92	●
4	Jataí - 01a Vara	2	0	135	33	24,09	26,76	●
	Anápolis - 03a Vara	0	9	215	135	66,98	74,42	●
	Anápolis - 04a Vara	6	3	82	66	78,41	87,12	●
	Itumbiara - 02a Vara	0	0	243	191	78,60	87,33	●
	Rio Verde - 03a Vara	0	0	212	181	85,38	94,86	●
	São Luís de Montes Belos - 01a Vara	1	1	157	134	85,44	94,94	●
	Rio Verde - 04a Vara	0	0	175	151	86,29	95,87	●
	Anápolis - 02a Vara	0	4	175	147	86,29	95,87	●
	Anápolis - 01a Vara	0	3	213	203	96,71	107,46	●
	Rio Verde - 02a Vara	0	3	194	192	100,52	111,68	●
	Caldas Novas - 01a Vara	1	1	62	68	109,52	121,69	●
	Rio Verde - 01a Vara	0	9	244	259	109,84	122,04	●
	Quirinópolis - 01a Vara	0	2	90	118	133,33	148,15	●
	Goiás - 01a Vara	0	3	50	64	134,00	148,89	●
	Mineiros - 01a Vara	0	0	62	94	151,61	168,46	●
	Itumbiara - 01a Vara	1	1	104	187	179,05	198,94	●
5	Inhumas - 01a Vara	1	0	397	96	24,12	26,80	●
	Goiânia - 03a Vara	0	8	241	102	45,64	50,71	●
	Goiânia - 16a Vara	3	0	211	99	46,26	51,40	●
	Aparecida de Goiânia - 03a Vara	7	0	96	52	50,49	56,09	●
	Goiatuba - 01a Vara	0	1	312	177	57,05	63,39	●
	Goiânia - 11a Vara	0	3	192	108	57,81	64,24	●
	Goiânia - 18a Vara	1	0	108	64	58,72	65,24	●
	Goiânia - 06a Vara	3	10	303	179	61,76	68,63	●
	Goiânia - 09a Vara	2	13	253	147	62,75	69,72	●
	Goianésia - 01a Vara	0	0	269	173	64,31	71,46	●
	Goiânia - 17a Vara	2	0	198	129	64,50	71,67	●
	Goiânia - 07a Vara	0	11	207	126	66,18	73,54	●
	Goiânia - 15a Vara	1	1	218	154	70,78	78,64	●
	Goiânia - 04a Vara	2	5	240	167	71,07	78,97	●
	Aparecida de Goiânia - 02a Vara	3	1	209	154	73,11	81,24	●
	Aparecida de Goiânia - 01a Vara	5	11	117	79	73,77	81,97	●
	Goiânia - 05a Vara	0	3	267	197	74,91	83,23	●
	Goiânia - 14a Vara	3	0	200	176	86,70	96,33	●
	Goiânia - 01a Vara	1	8	199	171	89,50	99,44	●
	Goiânia - 02a Vara	2	3	158	141	90,00	100,00	●
	Goiânia - 08a Vara	4	10	228	202	91,38	101,53	●
	Luziânia - 01a Vara	3	0	159	167	103,09	114,54	●
	Goiânia - 13a Vara	0	10	185	198	112,43	124,92	●
	Goiânia - 12a Vara	5	10	161	276	172,29	191,43	●
	Goiânia - 10a Vara	4	1	123	240	189,76	210,85	●
6	Valparaíso de Goiás - 01a Vara	3	2	137	83	60,71	67,46	●
	Uruaçu - 01a Vara	0	2	191	141	74,87	83,19	●
	Catalão - 01a Vara	0	1	263	234	89,35	99,28	●
TOTAL		72	161	8.561	6.678	79,22	88,02	●

OBS: A Meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou superior a 100%

Período de Referência: 01/01/2017 a 30/04/2017

● Grau de cumprimento da meta abaixo de 90%.

● Grau de cumprimento da meta entre 90% e 99,99%.

● Grau de cumprimento da meta entre 100% e 109,99%.

● Grau de cumprimento da meta acima de 110%.

Figura '14' – Índice de execução
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

- Índice de ações coletivas julgadas**

Falou, também, que o “Índice de ações coletivas julgadas” foi de 94,35% no 1º grau e 80,95%, no 2º grau, conforme **figuras '15', '16', '17' e '18'**. Esclareceu que não obstante ter havido aumento de 5,55% em comparação com o mesmo período de 2016, a meta precisa ser monitorada e adotadas ações para o seu cumprimento, como verificação dos processos pendentes e em que situação os mesmos se encontram. Foi sugerido que para as próximas reuniões a Divisão de Estatística e Pesquisa identifique as ações pendentes, tanto no 1º quanto no 2º grau.

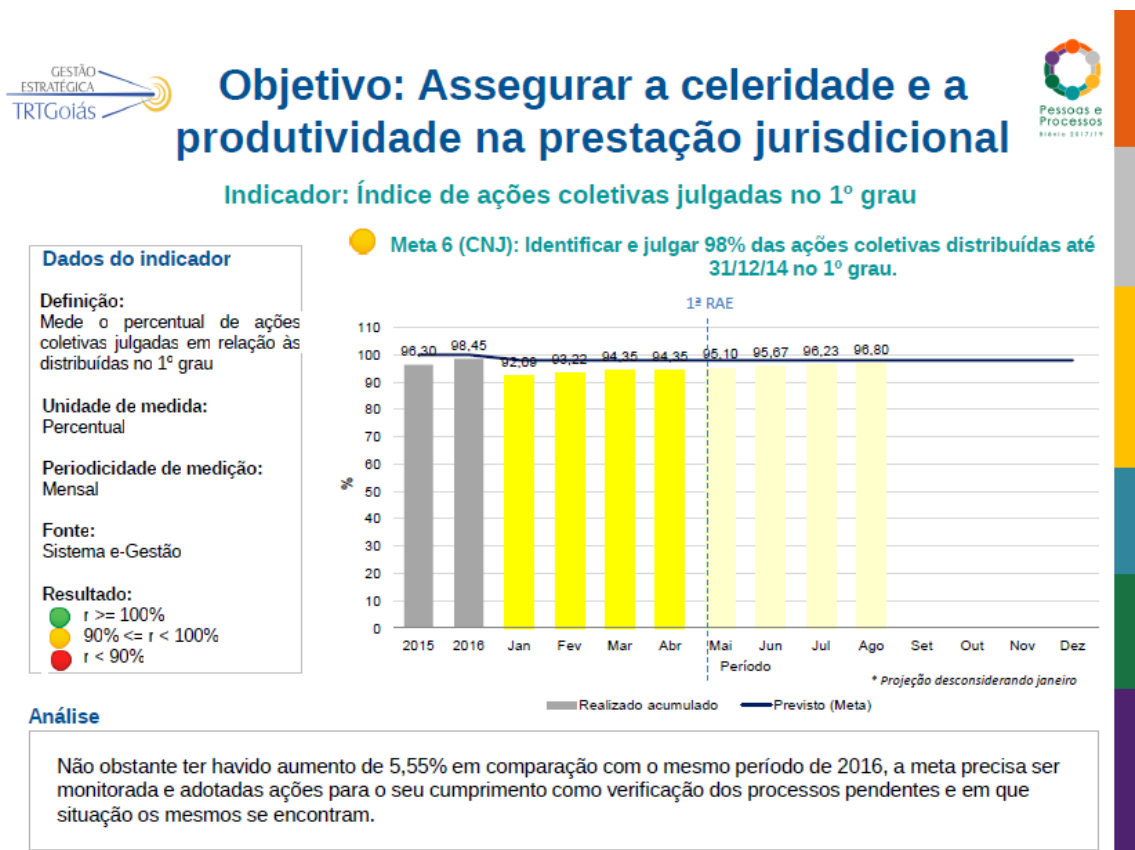


Figura '15' – Gráfico do Índice de ações coletivas no 1º grau

Grupo	Meta 6/2017 - Priorizar o julgamento das ações coletivas - Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º Grau, e até 31/12/2015, no 2º Grau.	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância até 31/12/2014. (P6.1)	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31/12/2014 que foram julgados em 2015. (P6.2)	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31/12/2014 que foram julgados em 2016. (P6.3)	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31/12/2014 que foram julgados no mês de referência. (P6.6)	Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ)	Grau de Cumprimento	Faróis
1	Posse - 01a Vara	1	1	0	0	100,00	102,04	●
2	Pires do Rio - 01a Vara	1	1	0	0	100,00	102,04	●
	Formosa - 01a Vara	0	0	0	0	-	-	●
3	Ceres - 01a Vara	0	0	0	0	-	-	●
4	Itumbiara - 02a Vara	3	2	0	0	66,67	68,03	●
	Rio Verde - 02a Vara	7	2	3	1	85,71	87,46	●
	Rio Verde - 03a Vara	9	3	5	0	88,89	90,70	●
	Anápolis - 01a Vara	2	0	2	0	100,00	102,04	●
	Anápolis - 02a Vara	1	1	0	0	100,00	102,04	●
	Anápolis - 03a Vara	1	0	1	0	100,00	102,04	●
	Anápolis - 04a Vara	2	1	1	0	100,00	102,04	●
	Caldas Novas - 01a Vara	1	1	0	0	100,00	102,04	●
	Goiás - 01a Vara	1	1	0	0	100,00	102,04	●
	Jataí - 01a Vara	4	3	1	0	100,00	102,04	●
	Mineiros - 01a Vara	1	0	0	1	100,00	102,04	●
	Quirinópolis - 01a Vara	4	2	2	0	100,00	102,04	●
	Rio Verde - 01a Vara	6	4	2	0	100,00	102,04	●
	Rio Verde - 04a Vara	2	2	0	0	100,00	102,04	●
	São Luís de Montes Belos - 01a Vara	1	1	0	0	100,00	102,04	●
	Itumbiara - 01a Vara	0	0	0	0	-	-	●
5	Goiânia - 03a Vara	7	4	1	0	71,43	72,89	●
	Luziânia - 01a Vara	4	3	0	0	75,00	76,53	●
	Goiânia - 13a Vara	5	3	1	0	80,00	81,63	●
	Goiânia - 02a Vara	7	3	2	1	85,71	87,46	●
	Goiânia - 18a Vara	7	4	2	0	85,71	87,46	●
	Goiânia - 10a Vara	9	6	2	0	88,89	90,70	●
	Aparecida de Goiânia - 02a Vara	12	7	4	1	100,00	102,04	●
	Aparecida de Goiânia - 01a Vara	4	2	2	0	100,00	102,04	●
	Aparecida de Goiânia - 03a Vara	1	1	0	0	100,00	102,04	●
	Goianésia - 01a Vara	2	2	0	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 01a Vara	6	5	1	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 04a Vara	4	2	2	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 05a Vara	6	6	0	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 06a Vara	4	3	1	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 07a Vara	6	2	3	1	100,00	102,04	●
	Goiânia - 08a Vara	6	4	2	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 09a Vara	5	3	2	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 11a Vara	8	6	2	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 12a Vara	5	4	1	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 14a Vara	4	3	1	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 15a Vara	3	2	1	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 16a Vara	5	3	2	0	100,00	102,04	●
	Goiânia - 17a Vara	4	4	0	0	100,00	102,04	●
	Inhumas - 01a Vara	2	2	0	0	100,00	102,04	●
	Goiatuba - 01a Vara	0	0	0	0	-	-	●
6	Uruaçu - 01a Vara	3	2	1	0	100,00	102,04	●
	Valparaíso de Goiás - 01a Vara	1	1	0	0	100,00	102,04	●
	Catalão - 01a Vara	0	0	0	0	-	-	●
TOTAL		177	112	50	5	94,35	96,28	●

OBS: A Meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual a 100%

Período de Referência: 01/01/2017 a 30/04/2017

● Grau de cumprimento da meta abaixo de 90%.

● Grau de cumprimento da meta entre 90% e 99,99%.

● Grau de cumprimento da meta entre 100% e 109,99%.

● Grau de cumprimento da meta acima de 110%.

Figura '16' – Índice de ações coletivas no 1º grau
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

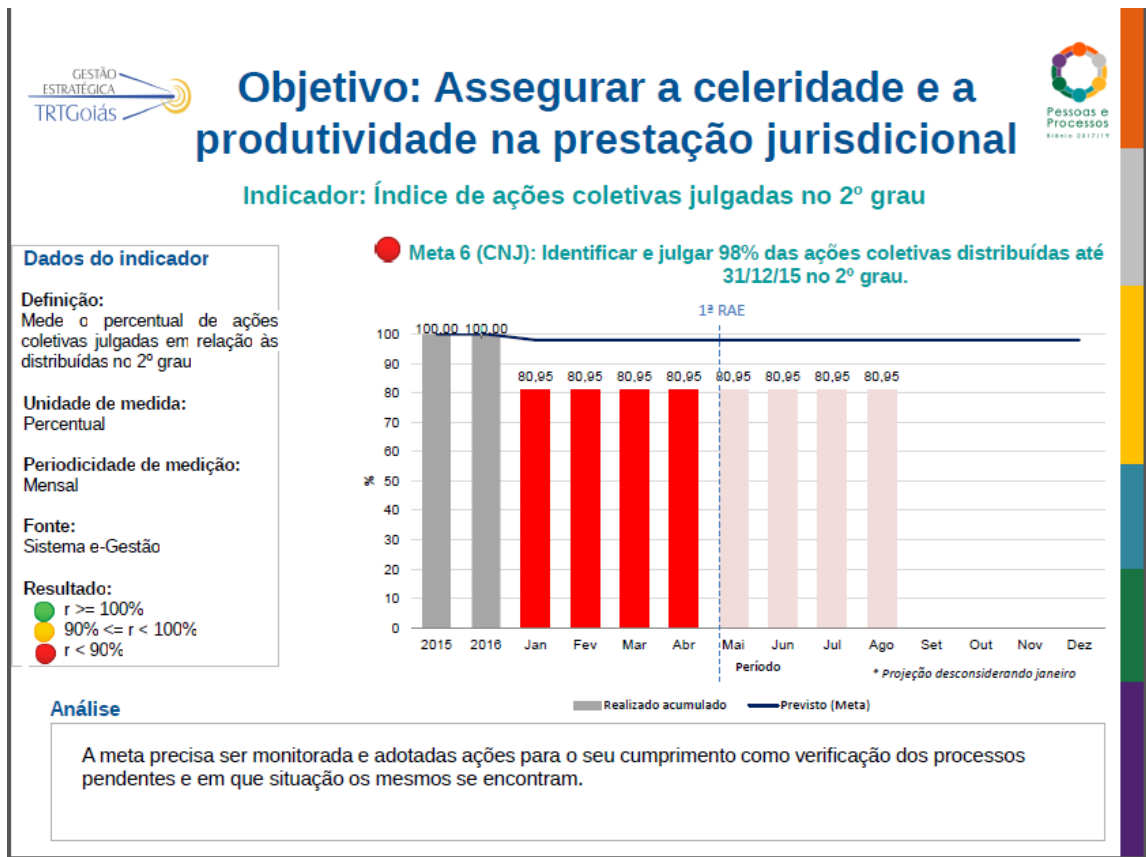


Figura '17' – Gráfico do Índice de ações coletivas julgadas no 2º grau

Meta 6/2017 - Priorizar o julgamento das ações coletivas - Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º Grau, e até 31/12/2015, no 2º Grau.	Periodicidade	Instâncias da Justiça
P6.1 Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância até 31/12/2015, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2016.	Única	21
P6.2 Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2015 que foram julgados em 2015.	Única	-
P6.3 Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2015 que foram julgados em 2016.	Única	17
P6.4 Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2015 e não julgados até 31/12/2016 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0
P6.5 Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31.12.2015 e não julgados até 31/12/2016 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P6.6 Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância até 31/12/2015 e não julgados até 31/12/2016 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez.	Mensal	0
Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - 2º Grau	-	80,95

Figura '18' – Índice de ações coletivas no 2º grau
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

- **- Índice de redução do acervo dos maiores litigantes**

Em seguida, expôs que o índice, até abril, da meta nacional 7 foi de 103,03%, sendo 105,72%, no 1º grau e 78,90%, no 2º grau, como ilustram as figuras '19', '20', '21', '22' e '23'. Destacou que houve uma redução, nos 1º e 2º graus, de 9,05%, no grau de cumprimento, em relação ao mesmo período de 2016. E que, apesar do bom resultado apresentado, há necessidade de constante monitoramento, uma vez que são considerados também os processos que são distribuídos no decorrer do ano. Por oportuno, foi apresentada lista atualizada dos maiores litigantes, conforme figura '24'.

Objetivo: Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Indicador: Índice de redução do acervo dos maiores litigantes

Dados do indicador

Definição:

Indica o percentual de redução do acervo dos 10 (dez) maiores litigantes em relação ao ano anterior

Unidade de medida:
Percentual

Periodicidade de medição:
Mensal

Fonte:
Sistema SIG

Resultado:

- $r \geq 100\%$
- $90\% \leq r < 100\%$
- $r < 90\%$

● Meta 7 (CNJ): Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

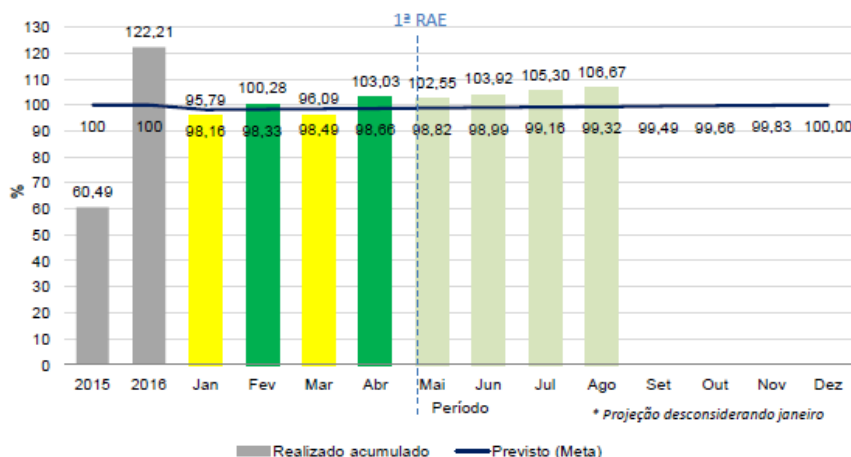


Figura '19' – Gráfico do Índice de redução do acervo dos maiores litigantes

Objetivo: Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Indicador: Índice de redução do acervo dos maiores litigantes no 1º grau

Dados do indicador

Definição:

Indica o percentual de redução do acervo dos 10 (dez) maiores litigantes em relação ao ano anterior

Unidade de medida:
Percentual

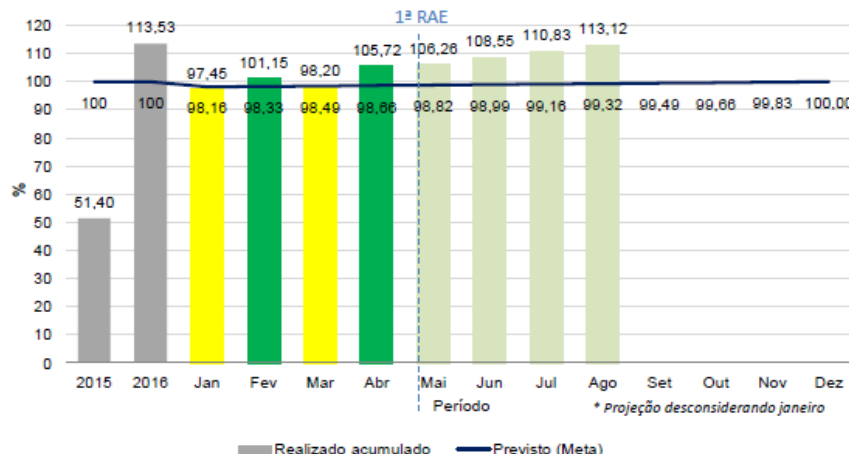
Periodicidade de medição:
Mensal

Fonte:
Sistema SIG

Resultado:

- $r \geq 100\%$
- $90\% \leq r < 100\%$
- $r < 90\%$

● Meta 7 (CNJ): Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior no 1º grau



Análise

Houve uma redução, no grau de cumprimento, de 7,45% em relação ao mesmo período de 2016. Apesar de a projeção indicar o cumprimento da meta, há necessidade de constante monitoramento, uma vez que são considerados também os processos que são distribuídos no decorrer do ano.

Figura '20' – Gráfico do Índice de redução do acervo dos maiores litigante no 1º grau

Grupo	Meta 7/2017 - Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos - Reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.	Saldo em 31/12/2016	Recebidos	Julgados	Pendentes de Julgamento	Grau de Cumprimento / Índice de Redução do Acervo (IRA)	Faróis
1	Posse - 01a Vara	9	3	10	2	441,00	●
2	Formosa - 01a Vara	29	13	31	11	258,36	●
	Pires do Rio - 01a Vara	5	2	6	1	490,00	●
3	Ceres - 01a Vara	14	3	10	7	196,00	●
4	Rio Verde - 01a Vara	245	170	126	289	83,08	●
	Rio Verde - 03a Vara	223	142	114	251	87,07	●
	Jataí - 01a Vara	122	52	41	133	89,89	●
	São Luís de Montes Belos - 01a Vara	47	52	49	50	92,12	●
	Anápolis - 01a Vara	29	12	12	29	98,00	●
	Rio Verde - 02a Vara	252	157	159	250	98,78	●
	Anápolis - 04a Vara	32	8	10	30	104,53	●
	Caldas Novas - 01a Vara	15	4	5	14	105,00	●
	Mineiros - 01a Vara	77	65	75	67	112,63	●
	Anápolis - 03a Vara	20	6	10	16	122,50	●
	Itumbiara - 02a Vara	38	19	27	30	124,13	●
	Goiás - 01a Vara	162	53	104	111	143,03	●
	Anápolis - 02a Vara	18	7	14	11	160,36	●
	Rio Verde - 04a Vara	100	163	204	59	166,10	●
	Itumbiara - 01a Vara	44	21	44	21	205,33	●
	Quirinópolis - 01a Vara	23	6	22	7	322,00	●
5	Inhumas - 01a Vara	10	18	15	13	75,38	●
	Goiânia - 16a Vara	103	84	73	114	88,54	●
	Goiânia - 13a Vara	35	60	57	38	90,26	●
	Aparecida de Goiânia - 02a Vara	43	16	13	46	91,61	●
	Goiânia - 03a Vara	202	66	53	215	92,07	●
	Aparecida de Goiânia - 03a Vara	34	14	12	36	92,56	●
	Goiânia - 07a Vara	216	76	76	216	98,00	●
	Goiânia - 05a Vara	116	56	57	115	98,85	●
	Goiânia - 14a Vara	111	59	63	107	101,66	●
	Goiânia - 01a Vara	163	64	70	157	101,75	●
	Aparecida de Goiânia - 01a Vara	23	15	16	22	102,45	●
	Goiânia - 18a Vara	115	70	75	110	102,45	●
	Goiânia - 02a Vara	199	53	66	186	104,85	●
	Goiânia - 09a Vara	164	68	79	153	105,05	●
	Goiânia - 04a Vara	189	78	92	175	105,84	●
	Goiânia - 17a Vara	135	68	80	123	107,56	●
	Goiânia - 12a Vara	191	67	84	174	107,57	●
	Goiânia - 11a Vara	161	78	94	145	108,81	●
	Goiânia - 08a Vara	108	56	69	95	111,41	●
	Goiânia - 15a Vara	90	41	56	75	117,60	●
	Goiânia - 10a Vara	184	70	104	150	120,21	●
	Goiânia - 06a Vara	116	61	90	87	130,67	●
	Luziânia - 01a Vara	40	20	35	25	156,80	●
	Goiatuba - 01a Vara	11	3	8	6	179,67	●
	Goianésia - 01a Vara	22	11	22	11	196,00	●
6	Catalão - 01a Vara	39	4	5	38	100,58	●
	Uruaçu - 01a Vara	559	263	305	517	105,96	●
	Valparaíso de Goiás - 01a Vara	36	36	50	22	160,36	●
TOTAL		4.919	2.533	2.892	4.560	105,72	●

OBS.: A Meta consiste em reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%

Entre os processos recebidos estão inclusos 23 processos que entraram na meta por saírem de situação de suspensão.

Entre os processos recebidos estão inclusos 30 processos que saíram da meta por entrarem em situação de suspensão.

Período de Referência: 01/01/2017 a 30/04/2017

● Grau de cumprimento da meta abaixo de 90%.

● Grau de cumprimento da meta entre 90% e 99,99%.

● Grau de cumprimento da meta entre 100% e 109,99%.

● Grau de cumprimento da meta acima de 110%.

Figura '21' – Índice de redução do acervo dos maiores litigantes no 1º grau
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

Objetivo: Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Indicador: Índice de redução do acervo dos maiores litigantes no 2º grau

Dados do indicador

Definição:

Indica o percentual de redução do acervo dos 10 (dez) maiores litigantes em relação ao ano anterior

Unidade de medida:

Percentual

Periodicidade de medição:

Mensal

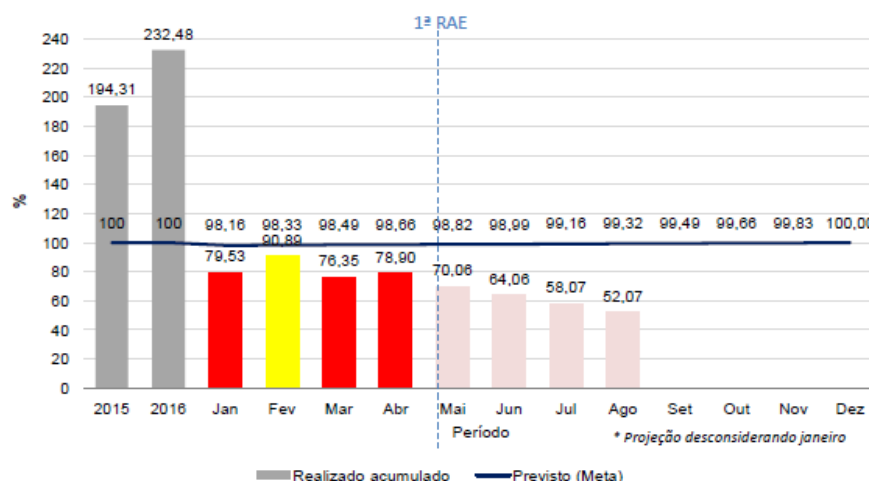
Fonte:

Sistema SIG

Resultado:

- $r \geq 100\%$
- $90\% \leq r < 100\%$
- $r < 90\%$

● Meta 7 (CNJ): Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior no 2º grau



Análise

A meta apresentou redução, no grau de cumprimento, de 17,75% em relação ao mesmo período de 2016.

Figura '22' – Gráfico do Índice de redução do acervo dos maiores litigante no 2º grau

Meta 7/2017 - Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos - Reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.	Periodicidade	2º Grau
P7.3 Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31/12/2016.	Única	409
P7.4 Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês de referência.	Mensal	708
P7.5 Número total de processos dos dez maiores litigantes que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	34
P7.6 Número total de processos dos dez maiores litigantes que saíram da meta por entrarem na situação de suspensão ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	67
P7.7 Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência.	Mensal	576
Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)	-	78,90

Figura '23' – Índice de redução do acervo dos maiores litigantes no 2º grau
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

Objetivo: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Indicador: Índice de redução do acervo dos maiores litigantes

Maiores litigantes

Nome	1º Grau	2º Grau	Total
COMPANHIA DE URBANIZACAO DE GOIANIA - COMURG	1079	42	1121
BRF S.A.	916	46	962
CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D	602	70	672
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO	533	6	539
JBS S/A	381	82	463
ITAU UNIBANCO S.A.	327	34	361
SANEAMENTO DE GOIAS S/A	301	14	315
RIO BRANCO ALIMENTOS S/A	273	34	307
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	257	49	306
BRASIL TELECOM CALL CENTER S/A	250	32	282
	4919	409	5328

Figura '24'

- 'Tempo médio de duração do processo – 1ª Instância – fase de conhecimento'

Registrou que, até abril, o “Tempo médio de duração do processo” foi de 152 dias, no 1º grau, como mostram as **figuras '25' e '26'**. Discorreu que houve uma redução de 12,23% em relação ao mesmo período de 2016. E que apesar de a meta ainda não ter sido cumprida, percebe-se uma tendência de redução dos prazos e consequente cumprimento da meta.

Objetivo: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Indicador: Tempo médio de duração do processo - 1ª Instância - Fase de Conhecimento

Dados do indicador

Definição:

Mede o tempo de duração do processo, na fase de conhecimento – 1ª Instância, desde a data do ajuizamento da ação até a data da prolação da sentença

Unidade de medida:

Dias

Periodicidade de medição:

Mensal

Fonte:

Sistema e-Gestão

Resultado:

- $r \leq 100\%$
- $100\% < r \leq 110\%$
- $r > 110\%$

● Meta 5 (CSJT): Reduzir 2% do tempo médio de 2016 (153,36 dias). A meta atual é de 150 dias.

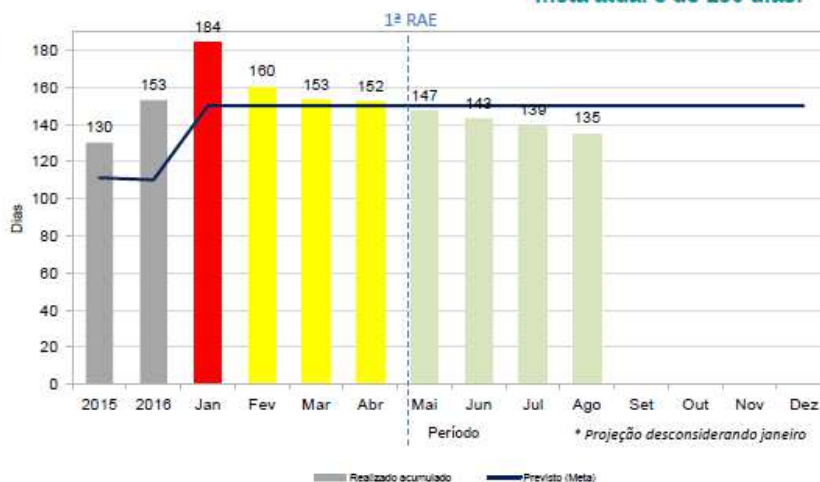


Figura '25' – Gráfico do Tempo médio de duração do processo no 1º grau

Indicador Específico da Justiça do Trabalho :			
Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância - Conhecimento			
Mês	Somatório de dias (Data da Baixa - Data da Autuação)	Processos com Sentença Prolatada	TMDP1
janeiro/2017	765.310,38	4.164	183,79
fevereiro/2017	1.244.008,67	8.393	148,22
março/2017	1.394.395,99	9.740	143,16
abril/2017	1.124.323,42	7.512	149,67
maio/2017	0,00	0	
junho/2017	0,00	0	
julho/2017	0,00	0	
agosto/2017	0,00	0	
setembro/2017	0,00	0	
outubro/2017	0,00	0	
novembro/2017	0,00	0	
dezembro/2017	0,00	0	
Total	4.528.038,46	29.809	151,90

Período de Referência: 01/01/2017 a 30/04/2017

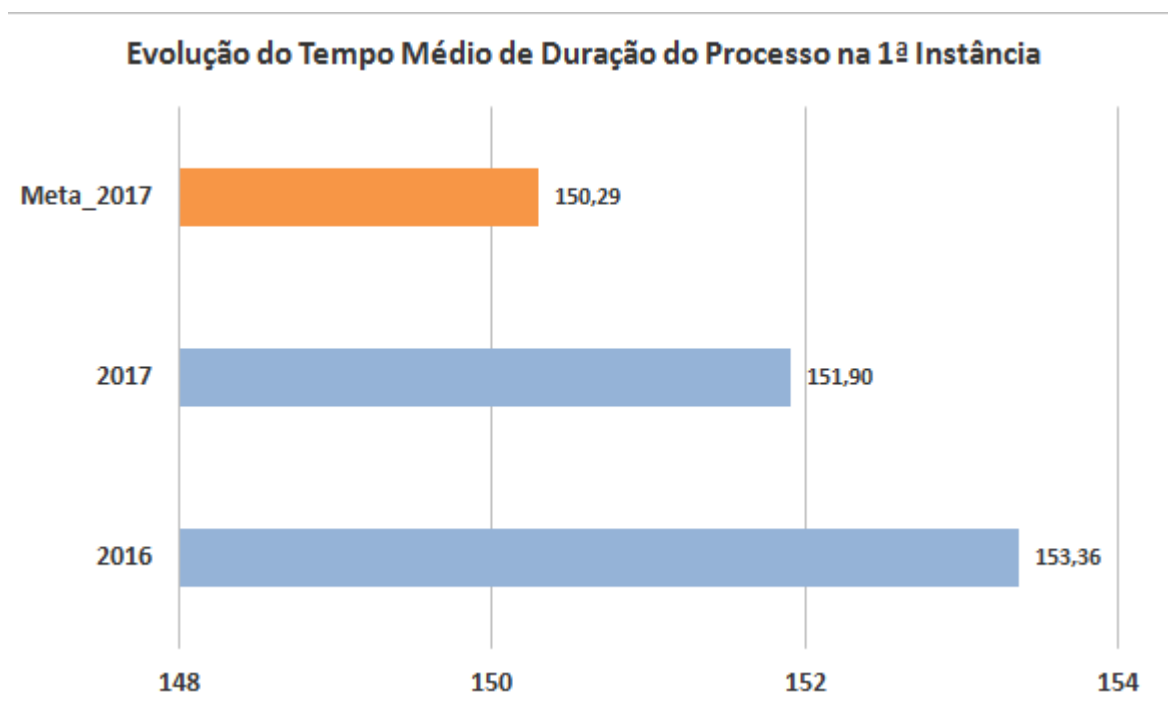


Figura '26' – Tempo médio de duração do processo no 1º grau.
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

- 'Tempo médio de duração do processo – 2ª Instância'

Depois, finalizou informando que, até abril, o “Tempo médio de duração do processo” foi de 218 dias, no 2º grau, como mostram as **figuras '27' e '28'**. Evidenciou que não obstante ter havido aumento de 7,58% no prazo, em relação ao mesmo período de 2016, a meta apresenta tendência de cumprimento em razão dos trabalhos e constantes monitoramento dos processos pendentes de baixa nos Gabinetes e Secretaria de Recursos de Revista.

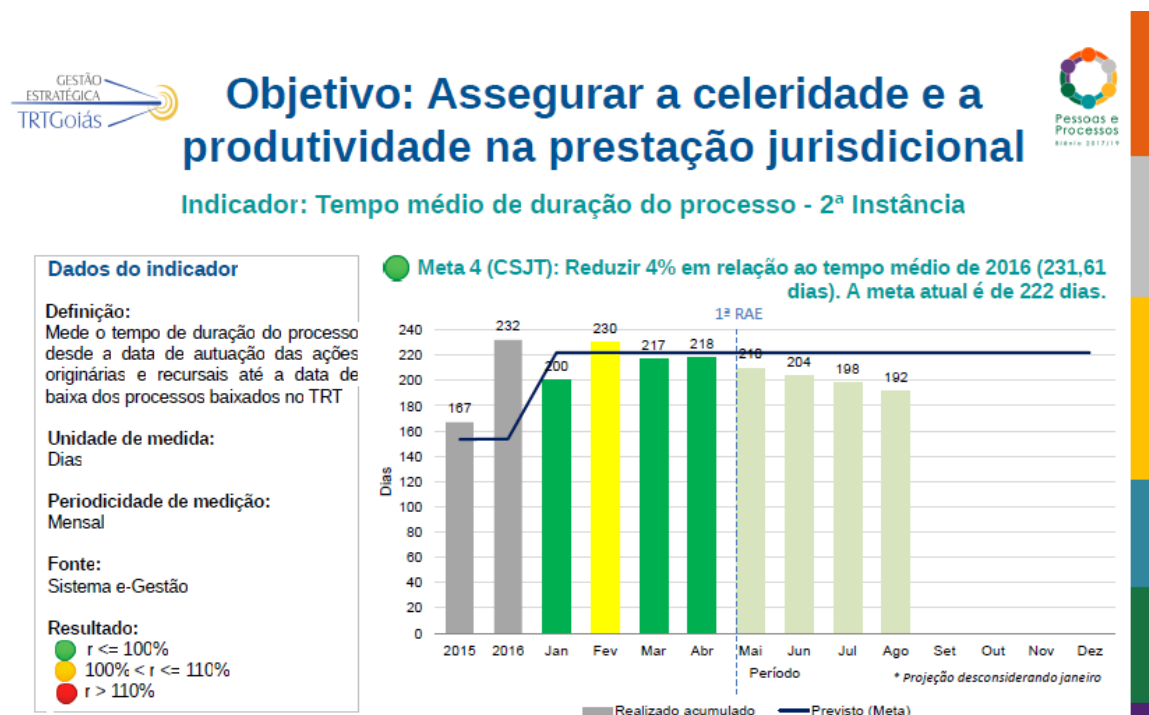


Figura '27' – Gráfico do Tempo médio de duração do processo no 2º grau

**Indicador Específico da Justiça do Trabalho :
Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância**

Mês	Somatório de dias (Data da Baixa - Data da Autuação)	Quantitativo de Processos Baixados	TMDP2
janeiro/2017	177.409,86	886,00	200,24
fevereiro/2017	433.012,66	1.772,00	244,36
março/2017	453.116,97	2.254,00	201,03
abril/2017	397.805,38	1.802,00	220,76
maio/2017			
junho/2017			
julho/2017			
agosto/2017			
setembro/2017			
outubro/2017			
novembro/2017			
dezembro/2017			
Total	1.461.344,87	6.714	217,66

Período de Referência: 01/01/2017 a 30/04/2017

Evolução do Tempo Médio de Duração do Processo na 2ª Instância

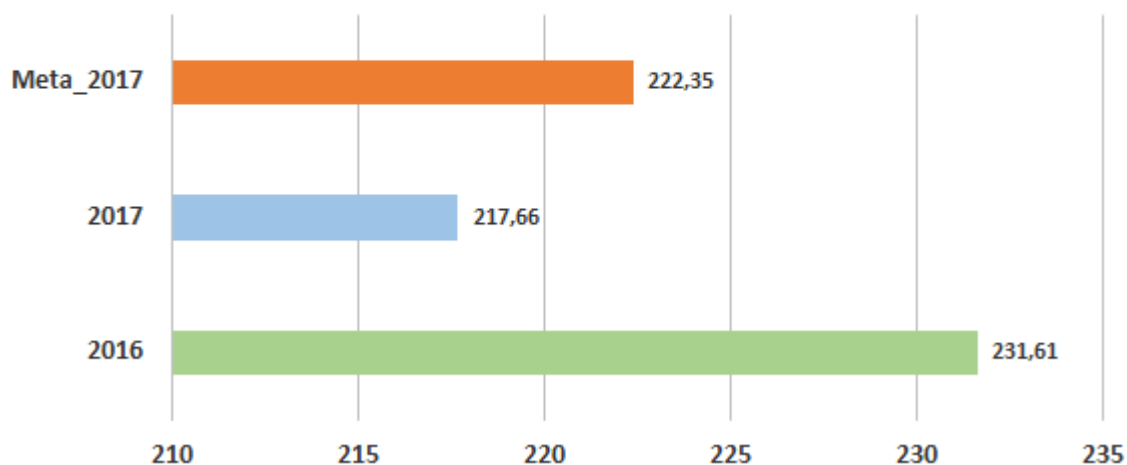


Figura '28' – Tempo médio de duração do processo no 2º grau.
(dados gerados pela Divisão de Estatística e Pesquisa para RAE)

2) Apresentação do portfólio dos projetos estratégicos atualizado

A servidora Eliana Borba Rodrigues apresentou todos os projetos estratégicos em andamento, detalhando o nome, percentual de execução e status de cada um. Quanto aos projetos iniciados nesta gestão (Cumprimento da Resolução CNJ 219/2016, Atualização do Regulamento Geral do TRT 18, Agenda TRT 18, Plano de Comunicação Organizacional e TRT para todos), a servidora discorreu sobre os seguintes aspectos: cliente, gerente, percentual de execução, objetivos e entregas concluídas e previstas. O Dr. Breno Medeiros falou da importância do envolvimento da AMATRA no projeto 'TRT para Todos'. A dra. Vanda sugeriu, quanto ao projeto 'TRT para todos', que todas as Varas do Trabalho sejam oficiadas antecipadamente.

3) Identificar as mudanças de cenário para a atualização da matriz SWOT

Deliberou-se que a Secretaria de Gestão Estratégica encaminhará, anteriormente à reunião, para os convidados da RAE a matriz SWOT atualizada, solicitando a percepção dos mesmos relativamente aos cenários interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças). Que a resposta dos convidados deverão ser enviadas à SGE 10 dias antes da reunião. Que a SGE deverá compilar as sugestões enviadas e levar a matriz SWOT atualizada para a RAE. O magistrado Dr. Kleber de Souza Waki expôs a sua percepção acerca das ameaças: Reforma trabalhista, Orçamento congelado e Reforma previdenciária.

Por fim, o Desembargador-Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, oportunidade que solicitou aos gestores para entregarem, com antecedência, à Secretaria de Gestão Estratégica o material a ser apresentado nas próximas reuniões. Deu-se por encerrada a reunião às 12h00min. Eu, Wanice Cabral Quixabeira, servidora da Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que, a seguir, foi assinada eletronicamente pelos magistrados e servidores presentes.